



**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE  
SEGREGAÇÃO EM UMA REGIÃO PERIFÉRICA DE PAIÇANDU/PR**

**PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO: UN ANÁLISIS DE LOS PROCESOS DE  
SEGREGACIÓN EN UNA REGIÓN PERIFÉRICA DEL CONDADO DE  
PAIÇANDU/PR**

**PRODUCTION OF URBAN SPACE: AN ANALYSIS OF THE SEGREGATION  
PROCESSES IN A PERIPHERY REGION IN THE MUNICIPALITY OF  
PAIÇANDU/PR**

Priscilla Borgonhoni Chagas<sup>1</sup>  
José Lener de Souza Cárdenas<sup>2</sup>

**RESUMO**

O objetivo deste trabalho foi compreender os processos segregatórios e demandas de infraestrutura por parte de moradores de bairros periféricos de Paçandu, município localizado no noroeste do Estado do Paraná e que faz parte da Região Metropolitana de Maringá. O trabalho buscou explorar a cidade enquanto objeto de estudo no campo dos Estudos Organizacionais, assim como a formação do espaço urbano, seus agentes e os processos de formação desigual do espaço na cidade capitalista. A presente pesquisa é de natureza qualitativa e descritiva, e os dados foram coletados por meio de observação não-participante e entrevistas semi-estruturadas com oito pessoas que residem na região do estudo, com recorte de gênero e composição racial. Os dados foram analisados utilizando-se a técnica de análise de conteúdo. A análise dos dados revelou os processos de segregação na região, considerando as dificuldades no acesso de grupos socialmente excluídos aos serviços públicos de educação, saúde, segurança e transporte, que se mostram deficitários e com grande dependência da cidade polo, Maringá.

**Palavras-chave:** Produção do espaço urbano. Serviços públicos. Segregação.

**RESUMEN**

El objetivo de este trabajo fue comprender los procesos de segregación y demandas de infraestructura de los residentes de barrios periféricos de Paçandu, municipio ubicado

---

<sup>1</sup> Doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil(2014)  
Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá , Brasil

<sup>2</sup> Pesquisador do Programa de Iniciação Científica – PIC. Consultor Financeiro na CAAD - UEM

en el noroeste del Estado de Paraná y que forma parte de la Región Metropolitana de Maringá. El trabajo buscó explorar la ciudad como objeto de estudio en el campo de los Estudios Organizacionales, así como la formación del espacio urbano, sus agentes y los procesos de formación desigual del espacio en la ciudad capitalista. Esta investigación es de naturaleza cualitativa y descriptiva, y los datos fueron recolectados mediante observación no participante y entrevistas semiestructuradas a ocho personas que residen en la región de estudio, con composición racial y de género. Los datos colectados fueron utilizados por la técnica de análisis de contenido. El análisis de los datos reveló los procesos de segregación en la región, considerando las dificultades de acceso de los grupos socialmente excluidos a los servicios públicos de educación, salud, seguridad y transporte, que son deficientes y en gran medida dependientes de la ciudad central, Maringá.

**Palabras clave:** Producción del espacio. Servicios públicos. Segregación.

## **ABSTRACT**

The aim of this paper was to understand the segregation processes and infrastructure demands of residents of peripheral neighborhoods in Paçandu, a municipality located in the northwest of the State of Paraná and which is part of the Metropolitan Region of Maringá. The work sought to explore the city as an object of study in the field of Organizational Studies, as well as the formation of urban space, its agents and the processes of unequal formation of space in the capitalist city. This research is qualitative and descriptive in nature, and data was collected through non-participant observation and semi-structured interviews with eight people who reside in the study region, with a gender and racial composition. The data were analyzed using the content analysis technique. Data analysis revealed the processes of segregation in the region, considering the difficulties in accessing socially excluded groups to public education, health, security and transport services, which are deficient and largely dependent on the hub city, Maringá.

**Keywords:** Space production. Public services. Segregation.

## **1. INTRODUÇÃO**

No cenário atual, as discussões a respeito do espaço urbano se mostram muito relevantes e necessárias, sendo uma temática de caráter multidisciplinar. Pode-se entender o meio urbano, como a composição de diversas partes que formam uma totalidade interligada, além disso, também é o reflexo quanto ao condicionante social,

desse modo, sua produção é influenciada pelas práticas sociais, mas também pode afetar e moldar a sociedade (Silva; Silva, 2023).

O meio urbano é caracterizado por um conjunto de símbolos e significados que são produzidos de maneira constante, destruídos, e reproduzidos, refletindo as ideologias e políticas predominantes (Silva; Silva, 2023). Já segundo Rolnik (2004) a cidade pode ser entendida como um espaço físico modelado pelo ser humano, onde se aglomeram pessoas com suas diversas formas e manifestações culturais, filosóficas, espirituais e econômicas. A autora complementa que a cidade pode ser comparada a um ímã, onde as áreas periféricas tendem a ir a seu entorno, ou seja, ocupam um espaço próximo às áreas rurais, até o momento que a cidade se torna um corpo único, unido ao perímetro rural.

Os estudos relacionados à cidade, normalmente abordados com base em sua dimensão espacial, é vista por meio de um processo econômico social e preciso, em que ela é o território onde ocorre o processo de produção capital e nela é onde se produzem as relações capitalistas e, por força da opção teórico, onde se enfrentam as classes sociais e se pode apreciar os processos de dominação e subordinação em curso (Pesavento, 2007). No campo da Administração, diversos autores têm discutido a cidade enquanto objeto de estudo, de maneira especial no que se refere a uma visão que focaliza a complexidade da vida urbana e evoca a vida social organizada dos indivíduos e grupos oprimidos em diversos âmbitos sociais (Viegas; Saraiva, 2015).

De acordo com Fischer (1997) as cidades e as organizações possuem em comum a complexidade, diversidade, singularidade, contradição e ambiguidade. A cidade também pode ser entendida como uma grande teia organizacional, sendo constituída por diversas unidades multifacetadas, sendo uma organização plena de significados. A partir das contribuições de Mac-Allister (2004) e Fischer (1997) a cidade passa a ser entendida como uma mega organização real e virtual, concreta e simbólica, composta por múltiplas organizações complexas, com diversos sujeitos e interesses, gerando conflitos entre as partes que a compõem. Deste modo, a cidade, enquanto objeto de análise nos Estudos Organizacionais, enriquece o seu debate e fortalece o seu entendimento enquanto um

polo, o qual derivam aspectos para além dos materiais, geográficos e gerenciais, mas também simbólicos, ideológicos e socioambientais (Saraiva; Carrieri, 2012).

De maneira inicial, os processos de urbanização, ao serem realizados por meio da industrialização, expulsam e segregam parte significativa da sociedade, sem acesso ao solo urbano de maior valor, especialmente nas áreas centrais (Carlos, 2020b). Essa perspectiva que compreende a produção da cidade como um produto mercantil, o qual sob o capitalismo contempla uma dupla determinação do trabalho: ser um valor de uso e um valor de troca. Isso significa que a cidade, socialmente produzida dentro da esfera capitalista se torna uma mercadoria, desse modo, o processo de produção do espaço urbano se realiza na justaposição da hierarquia social-hierarquia espacial (Carlos, 2020b).

Dessa forma, pode-se entender a cidade como desigual, segregada e contraditória, uma vez que o espaço urbano é caracterizado pela luta, resistência e disputa de diversos agentes sociais. Onde as populações rejeitadas resistem às segregações impostas através de formas alternativas de ocupação, onde por outro lado os fatores dominantes mostram resistências às novas formas que põem em risco seu controle (Martins, Chagas, 2021).

Para Sposito (2011), se faz de grande importância o entendimento da cidade não apenas enquanto unidade espacial, a cidade não pode ser pensada em si, mas como um espaço aberto, a partir do ponto de vista objetivo, concreto e abstrato. Desse modo, ainda segundo a autora, a segregação fragmenta para dominar, ao impedir o encontro e a produção da sociabilidade para com as experiências de politização, e no âmbito social, empobrece a vida material e imaterial dos residentes da cidade, os quais são integrados de maneira muito precária, ou rasa e impondo uma vivência com base em lógicas determinadas pela propriedade privada e o consumo (Sposito, 2011).

O lócus deste trabalho se dá na cidade de Paçandu, na região noroeste do estado do Paraná, o município faz parte da Região Metropolitana de Maringá, que foi desenvolvida através do histórico processo de segregação que caracteriza a região (Rodrigues et al., 2020). O município tem a função de "cidade dormitório", onde as pessoas que não

conseguem se manter em Maringá residem. Essa dinâmica regional explicita a permanência do processo de segregação no desenvolvimento urbanometropolitano da região, mantido através da concentração de investimentos em áreas de expansão para as elites econômicas, em práticas subordinadas aos interesses mercantis (Rodrigues et al., 2020).

Apesar do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Paçandu, em 2010, ser de 0,716 considerado alto (IDHM entre 0,700 e 0,799) o Plano Municipal de Assistência Social: Cidade de Paçandu (2018 – 2021) apresentam a existência de grupos com Índices de Vulnerabilidade Social Alta (IVS) (IBGE, 2010) que totaliza 7% da zona urbana. As regiões que fazem parte do grupo de alta vulnerabilidade estão localizados nos bairros residenciais João Marques dos Reis, Jardim Espanha, Jardim Itaipu 1a. e 2a. partes e arredores Jardim Monte Carmelo, considerados locais que demandam de atenção especial por parte dos órgãos públicos, levando-se em consideração a considerável dimensão territorial entre os bairros em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, a abordagem da cidade, enquanto organização no campo dos Estudos Organizacionais se faz de grande importância, podendo-se olhar para além de aspectos geográficos e gerenciais, mas também seu entendimento social e ambiental, focalizando na complexidade urbana e na vida social organizada de indivíduos e grupos oprimidos em diversos âmbitos sociais. A partir disso, o problema de pesquisa que se buscou responder é: “Como se caracterizam os processos de segregação dos moradores de uma região periférica no município de Paçandu - PR?”

A pesquisa foi realizada entre os meses de dezembro de 2023 a janeiro de 2024 e buscou compreender os processos segregatórios relatados por moradores da região periférica de Paçandu - PR. Para tanto, o trabalho é composto por quatro seções, além desta introdução. A seguir é apresentada a revisão da literatura composta por uma discussão sobre a produção do espaço urbano e os agentes sociais. A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. A

quarta seção discorre sobre a caracterização do lócus da pesquisa e apresenta os resultados da pesquisa e a quinta seção apresenta as considerações finais do estudo.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 Produção do espaço e agentes sociais**

De maneira inicial, o processo de urbanização, bem como a divisão do trabalho eram relativamente simples e se estabeleciam no plano territorial, acentuadamente nos perímetros urbanos e rurais (Sposito, 2015). Tais processos, ao serem realizados por meio da industrialização, expulsam e segregam parte significativa da sociedade, sem acesso ao solo urbano de maior valor, especialmente nas áreas centrais (Carlos, 2020b). Na história, os processos de produção do espaço, traz consigo aquilo que nega, assim, com o desenvolvimento do sistema capitalista o espaço passa a ser um produto, e deste modo a cidade adquiriu uma forma de existência da vida humana, expressando a produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pelas ações sociais, políticas e culturais presentes na sociedade capitalista (Carlos, 2020b).

Com a expansão do processo de urbanização as cidades passaram a atrair mais pessoas, e assim aumentar sua densidade demográfica, assim, surgiram inúmeras possibilidades de trocas entre os indivíduos que nela habitam. Rolnik (2004) pontua que a partir desse momento as cidades passaram a se especializar e assim se fez evidente a necessidade de trocas para se obter produtos os quais não se produziam antes, o que caracterizou a cidade como o centro das atividades produtivas. Ao se tomar a metrópole a partir do ponto de vista do capital se trata do espaço de acumulação, produto e condição geral da produção, além de instrumento político ligado ao Estado, que transforma as condições gerais necessárias ao desenvolvimento capitalista (Carlos, 2019).

Trazendo a discussão para o contexto nacional, o surgimento de diversos centros urbanos foi marcado pelo século XX, sendo caracterizado pelo período de maior urbanização no país. Tal fato pode ser justificado pelo período de industrialização que se deu naquele tempo, acarretando na transição da população que vivia no campo para as zonas urbanas, movimento chamado de êxodo rural. No que se toca ao urbanismo brasileiro, os vínculos entre a segregação do espaço e a resistência possuem características diferenciadas quando comparadas a outras nações, em especial pela formação histórica, social e política do país. Dentre elas estão as desigualdades e uma sociedade que foi construída e reproduzida com base em relações autoritárias. Tais fatores, permitem a reprodução de uma sociedade a qual naturaliza as relações hierarquizadas, a pobreza, a espoliação, a qual se expressa na paisagem da cidade. Com base nisso pode-se entender que a produção do espaço fortalece a desigualdade, a qual se materializa na segregação socioespacial como um produto da reprodução do capital (Ribeiro, 2015).

A forma como as práticas ocorrem de maneira fragmentada em uma grande cidade escondem os significados da criação do espaço como parte integrante da sociedade. Embora a cidade seja fragmentada, articulada, um reflexo social, também é um espaço de convivência entre as diversas classes sociais (Corrêa, 2014). Então, pode-se dizer que o espaço social onde ocorrem as relações sociais, que pode ser compreendida pela vida cotidiana e a partir disso se articula e se define como o plano para reprodução do espaço em diversos aspectos como uma prática socioespacial, pois as relações sociais se concretizam nos espaços onde a vida humana se realiza (Carlos, 2019).

Portanto, a urbe é o resultado de ações acumuladas ao longo do tempo e constituídas por agentes que consomem e produzem o espaço. Os agentes sociais concretos e não apenas um mercado invisível ou processos aleatórios atuando dentro de um espaço abstrato (Corrêa, 2014). Carlos (2020a, 16) contextualiza a constituição da sociedade nas cidades da seguinte maneira:

Historicamente, a cidade se constitui por meio da reunião de um conjunto de elementos que governam e tornam possível a vida em sociedade. Reunião, mas também simultaneidade das relações sociais e das ações dos grupos, esses elementos permitem a participação de cada um nos destinos da cidade.

Rolnik (2012) traz a exemplificação dessa fragmentação através da desigualdade na administração urbana, onde por exemplo há setores onde a coleta de lixo ocorre duas vezes durante o mesmo dia, em outras uma vez na semana e outras não é feito o recolhimento, além da falta de água, luz e esgoto, que são exemplos políticas discriminatórias e segregadas por parte do poder público.

Na atualidade, tal prática se coloca sob a lógica da acumulação do capital, que traz o significado de que a cidade se produz a partir do modo que se permite o processo de valorização do capital. Todavia, se a cidade se constitui como condição e um meio para esta realização do ciclo do capital, ela também se transforma em um produto, e a partir dessa condição, fragmentada (Carlos, 2020b). Essa perspectiva que compreende a produção da cidade como um produto mercantil, o qual sob o capitalismo contempla uma dupla determinação do trabalho: ser um valor de uso e um valor de troca. Isso significa que a cidade, socialmente produzida dentro da esfera capitalista se torna uma mercadoria, desse modo, o processo de produção do espaço urbano se realiza na justaposição da hierarquia social-hierarquia espacial (Carlos, 2020a). A propriedade da terra, ao se capitalizar, se transforma em propriedade privada. Fenômeno o qual resultase como a raiz da desigualdade brasileira e que nos dias atuais pode ser expressa através da generalizada segregação socioespacial (Ribeiro, 2015). Desse modo, a existência da propriedade privada da riqueza, a qual é gerada pelo conjunto de membros da sociedade, está no fundamento da segregação socioespacial que caracteriza a cidade contemporânea através da forma da desigualdade social (Carlos, 2020).

O Estado, com o domínio da ação sobre a propriedade e sobre os investimentos públicos, é o detentor dos instrumentos jurídicos e de coação que proporcionam a produção do espaço. Entende-se que o Estado, independentemente de sua esfera de

atuação (Federal, Estadual ou Municipal), é o agente mais influente na produção do espaço. Tal fato se dá pois ele dispõe de uma série de ferramentas jurídicas, as quais possibilita um maior controle e maior número de possibilidades frente aos demais agentes produtores do espaço. De maneira afastada das pautas de equilíbrio social, econômico ou espacial, o Estado segue acima da luta de classes, onde as ações são pautadas nos interesses do grupo dominante, logo, daqueles que possuem o poder (Corrêa, 2014).

É no campo municipal que tais interesses se tornam mais evidentes e o discurso perde sua eficácia. A atuação do estado se faz de maneira fundamental visando a criação de condições de realização e reprodução da sociedade capitalista. Tendo em consideração a ação do estado no sistema capitalista, se criam mecanismos que levam a segregação residencial e a sua ratificação (Corrêa, 2014). As quais podem ser materializadas pela criação e a concentração de moradias irregulares, que apresentam carência de amparo social, e por outro lado o desenvolvimento de condomínios fechados e exclusivos (Silva, Silva, 2023). Pode-se entender a segregação socioespacial como a ruptura do interesse entre os grupos sociais os quais se manifestam no espaço de forma individual ou coletiva, o qual é garantida pela apropriação das melhores áreas pelos grupos de maior renda, e com disponibilidade de equipamentos que são funcionais a esses grupos. A capacidade de apropriação do espaço por grupos sociais dinamiza a organização do próprio espaço de maneira que se faz possível identificar a produção do espaço e relação de poder (Schmidt, 2009).

Com relação ao processo de auto segregação, pode-se entender como uma escolha por parte de grupos de renda elevada, os quais residem nos bairros melhor estruturados das cidades, as quais apenas os mesmos possuem acesso, onde se concentram a melhor infraestrutura e os imóveis mais luxuosos. Nesse cenário, a segregação é uma opção e não uma inevitabilidade, uma vez que grupos de alta renda se auto segregam, indivíduos de um mesmo grupo social fazem a opção por partilhar uma realidade de residência a qual lhes é exclusivo, pelas vantagens que consideram estar associadas a isso (Machado; Machiavelli; Garcia, 2019).

Por outro lado, a segregação imposta é caracterizada por bairros de baixo poder aquisitivo, uma vez que os habitantes dessas regiões não optaram por residir em áreas sem estrutura básica, desse modo a segregação de que são os alvos, lhes foi imposta. Desse modo, a falta de condições econômicas, determinam a localização residencial dos indivíduos de baixa renda, em contextos de forte segregação, são “forçados” a partilhar com indivíduos do mesmo grupo social (Machado; Machiavelli; Garcia, 2019). A segregação do espaço urbano se mostra como um importante processo para a ampla reprodução, em todos os níveis e dimensões presentes na sociedade, uma vez que se torna necessário a separação, impedir o uso e o rompimento de laços improdutivos para que posteriormente se possam integrar e reproduzir as relações de interesse do capital (Ribeiro, 2015).

Deste modo, a segregação socioespacial ao tocar em aspectos econômicos, expulsa os indivíduos aos quais julga como barreiras a homogeneização do espaço, até ao nível político. Assim, a segregação fragmenta para fins de dominação, ao impedir o encontro e a produção da sociabilidade para com as experiências de politização, e no âmbito social, empobrece a vida material e imaterial dos residentes da cidade, os quais são integrados de maneira muito precária, ou rasa e impondo uma vivência com base em lógicas determinadas pela propriedade privada e o consumo (Ribeiro, 2015).

Diversos trabalhos buscam compreender a produção desigual do espaço urbano, como por exemplo o trabalho de Carvalho e Gonçalves (2020) onde buscaram compreender a formação do espaço urbano e os mecanismos de segregação no município de Araraquara, no estado de São Paulo, o qual destaca que os empreendimentos aprovados no extremo norte da cidade pelo Plano Diretor de 2014 caracterizou o processo de produção espacial o qual beneficiou os proprietários e contribuiu para a perpetuação de estratégias de segregação socioespacial, bem como os resultados dessa segregação à população e ao meio ambiente em benefício da especulação imobiliária. Gomes e Mello (2023) também abordam a temática ao discutir a segregação socioespacial em Salvador, Bahia. Onde foi identificado que a segregação do espaço ocupa um papel significativo sob

as dinâmicas do espaço urbano que se confirmam em uma dimensão étnico-racial. A qual surge como um fator complementar às dimensões socioeconômicas, a qual todavia não elimina a segregação e o racismo.

Deste modo, a partir da contextualização apresentada acima, pode-se entender o espaço urbano como um local de relações sociais complexas, conflitos, movimentos sociais por habitação e interesses entre os agentes os quais fazem parte, buscando a satisfação de seus interesses particulares e a percepção dos grupos sociais que habitam o território. Também é possível compreender o papel desses agentes para com os processos de segregação dentro do espaço urbano, bem como o papel vital do estado para a formulação de políticas que resultam nesse processo. Partindo disso, o próximo tópico aborda a caracterização do local de estudo deste trabalho, que se trata de uma localidade em uma região periférica no município de Paçandu, na Região Metropolitana de Maringá na região noroeste do estado do Paraná.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo possui característica qualitativa e descritiva, e tem como pressuposto a ideia que de o mundo social não se trata de um dado natural, mas sim um construto que se desenvolve a partir da vida cotidiana dos indivíduos em condições já estabelecidas pelo contexto, tanto por meio da entrevista individual ou coletiva, com o intuito de mapear e entender a realidade do público estudado, que gera uma gama interpretativa com a finalidade de entender as narrativas dos atores sociais (Gaskell, 2002). Foi utilizada a observação não participante, observando de maneira espontânea a comunidade ao grupo que se pretendeu estudar. Para a coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada. Foram entrevistados 8 moradores, sendo 4 mulheres e 4 homens, em bairros considerados periféricos do município (Monte Carmelo, Itaipu 1 e 2) nos dias 21 de dezembro de 2023 e 13 de janeiro de 2024. As entrevistas foram realizadas presencialmente e o critério de seleção dos sujeitos foi por conveniência. Foi garantido o

anonimato dos sujeitos e por isso foram identificados de acordo com as iniciais E e o respectivo número, conforme ordem de realização das entrevistas. O roteiro das entrevistas contemplava perguntas voltadas para a infraestrutura e serviços presentes na região de estudo, bem como a utilização de dados públicos disponibilizados em sites. A caracterização dos sujeitos da pesquisa está descrita no Quadro 1, a seguir.

QUADRO 1 - CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>IDADE</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>RAÇA</b>	<b>BAIRRO</b>
E1	23	Mulher	Negra	Itaipu 1
E2	68	Homem	Negro	Itaipu 1
E3	21	Mulher	Negra	Itaipu 2
E4	48	Mulher	Branca	Monte Carmelo
E5	52	Homem	Branco	Monte Carmelo
E6	31	Homem	Branco	Itaipu 1
E7	24	Mulher	Branca	Itaipu 2
E8	35	Homem	Negro	Itaipu 2

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Para a análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo (Bardin, 1977), tendo em vista a análise do conteúdo dos textos e entrevistas coletadas com os moradores acima listados, sendo essa uma ferramenta que proporciona a transformação dos dados coletados em informações tanto qualitativas quanto quantitativas. As categorias de análise emergiram a partir da análise das entrevistas realizadas, sendo elas: Educação; Saúde; Segurança e Transporte. A partir disso foram realizadas análises qualitativas a fim de identificar os processos de segregação e mapear as principais demandas proferidas pelos moradores das regiões estudadas.

O presente estudo faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento que encontrase aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá. Os sujeitos da pesquisa foram devidamente informado(a)s e esclarecido(a)s dos procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação no estudo. Foi garantido o direito de retirar o consentimento para a pesquisa a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

#### **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Esta seção está dividida em quatro tópicos. O primeiro deles abordando as demandas relacionadas à educação por parte dos moradores da região, seguido das demandas de saúde, educação e transporte respectivamente. A partir da leitura e análise foi possível compreender sobre como os processos de segregação impactam na disposição e acesso aos equipamentos públicos.

##### **4.1 Caracterização do município**

O lócus deste estudo é localizado no município de Paiçandu, na região noroeste do Paraná. Paiçandu faz parte da Região Metropolitana de Maringá, que teve seu desenvolvimento marcado pelo histórico processo de segregação que caracteriza a região (Rodrigues, et al., 2020). O município tem sua colonização datada em 1944, localizado a 15 quilômetros do município de Maringá. Tendo seu surgimento a partir de pequenos povoados que passavam pela estrada de ferro e foram se alojando e aproveitando as terras férteis. Um ano após a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná planejar Maringá no ano de 1947. Paiçandu teve início pela CIA para a formação de lotes e a sua

concepção enquanto município independente com demarcação de terreno por chácaras, fazendas e sítios (Machado; Machiavelli; Garcia, 2019).

O município funciona como "cidade dormitório", onde as pessoas que não possuem condições de se manter em Maringá residem. Essa dinâmica regional explicita a permanência de processos de segregação no desenvolvimento urbano-metropolitano da região, que se mantém através da histórica concentração dos investimentos em áreas de expansão para as elites econômicas, em práticas invariavelmente subordinadas a interesses mercantis (Rodrigues, et al., 2020). De acordo com estimativas de 2022, a população do município de Paçandu se encontra na faixa de 45.962 pessoas (IBGE, 2022) sendo composta, em sua maioria, por mulheres e brancos (PREFEITURA DE PAIÇANDU, 2022).

A população jovem do município (faixa etária de 0 a 29 anos) corresponde a 42,92% e a população idosa 14,20% dos habitantes, ambas as faixas etárias são consideradas vulneráveis e com necessidades e direitos a serem garantidos pelo Estado por meio de marcos e leis (IBGE, 2022). Apensar do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Paçandu no ano de 2010 ser de 0,716, colocando o município dentro da caixa Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799) Plano Municipal de Assistência Social: Cidade de Paçandu (2022-2025) apresenta a existência de Índices de Vulnerabilidade Social Alta (IVS) (IBGE 2010).

Na dimensão de renda, 7 setores censitários se encontram como grupo de alta vulnerabilidade, com uma renda média per capita que varia de R\$458,93 a R\$729,33. Por outro lado, no município de Maringá, a cidade polo da Região Metropolitana, apresenta uma renda média domiciliar per capita de R\$1.187,53 e Paçandu atinge apenas R\$599,32, aproximadamente 50% (IBGE, 2010). Destes setores, o setor 32 com IVS de 0,351 e o setor 15 com IVS de 0,392 requerem maior atenção devido a sua alta vulnerabilidade.

Nos setores 32 e 21, que se enquadram na faixa de vulnerabilidade alta, são localizados os bairros Residencial João Marques dos Reis, Jardim Espanha, Jardim Itaipu

1a. e 2a. partes e arredores Jardim Monte Carmelo, que constam como regiões que necessitam de atenção maior por parte do poder público, destacando se por possuir uma dimensão territorial considerável entre os bairros com maior vulnerabilidade. Por sua vez, os índices de vulnerabilidade social sobre a renda, apontam que os bairros Jardim Itaipu 1a. (19) e 2a (20) e sua região que abrange o Residencial João Marques dos Reis, Jardim Espanha demonstram índices de vulnerabilidade social muito altos.

#### **4.2 Educação**

A partir de entrevistas realizadas com auxílio de roteiro semi-estruturado junto a oito moradores da região dos bairros: Monte Carmelo, Itaipu 1 e Itaipu 2 foi possível realizar o levantamento das demandas de educação por parte dos residentes. Quando questionada sobre a disponibilidade de vagas na escola próximas de casa, os moradores comentaram que acreditam que há vagas o suficiente para as crianças, que contam com a Escola Municipal Maria Aparecida Lacal próxima da região, porém uma das moradoras do Monte Carmelo informou que:

"Ainda é longe, e o ônibus não chega a entrar no bairro, só até a parte com asfalto" (E4).

Cabe ressaltar que a escola não se encontra nos limites de nenhum dos bairros citados anteriormente, mas sim no Jardim Santo Antônio, nas proximidades. A região também não possui colégios de Ensino Médio dentro de suas dependências ou em suas proximidades, sendo necessário assim o deslocamento para outras localidades do município. Essa fragmentação do tecido urbano, caracterizado pela desigualdade de administração urbana, onde ocorre a disparidade dos serviços públicos, tais políticas ou a falta delas, são exemplificações de tomadas de decisão discriminatórias e segregadas por parte do poder público (Rolnik, 2012).

A possibilidade de acesso de serviços públicos por parte de grupos socialmente excluídos pode ser materializada na disponibilidade da educação pública na região, no que se refere à atuação do poder público (Corrêa, 2014). Uma vez que detém os meios necessários para a produção do espaço urbano, sendo responsável pela criação de espaços para finalidades específicas, de maneira geral, a cidade física, que se constroi e planeja a partir de seu domínio (Bernardo; Ichikawa, 2019). Desta forma pode-se entender a segregação socioespacial como a ruptura do interesse entre os grupos sociais, que se manifestam individualmente ou na coletividade, o que garante a apropriação das melhores áreas por grupos de renda maior e a disponibilidade de equipamentos funcionais a esses grupos (Schmidt, 2009). Onde os indivíduos de renda elevada residem nos bairros melhor estruturados das cidades, onde se concentram a melhor infraestrutura (Machado; Machiavelli; Garcia, 2019).

### 4.3 Saúde

Com relação às demandas de saúde levantadas junto aos moradores da região estudada, foi possível verificar as demandas proferidas pelos moradores da região, quando questionado sobre o atendimento médico e facilidade de acesso, um morador da região relatou que:

“Precisei algumas vezes esse ano, precisei de tratamento e foi tranquilo, medicação, acredito que seja seja bom.” (E1)

Outro residente relatou que o hospital é relativamente longe, porém tem um postinho perto, possui acesso fácil, porém não há especialistas e exames, e o encaminhamento é demorado, podendo levar até 5 meses. Um morador relatou que:

“Olha, postinho tem sim, mas especialista assim, não tem não. Um psicólogo não tem, e demora e muito para atender, muito demorado, umas 4 semanas pra mais.” (E5)

Outros moradores relataram o mesmo problema, relacionado ao longo tempo de espera no encaminhamento, tal constatação pode ser observada no site da Prefeitura de Paçandu, onde mostra a lista de espera para diversas especialidades. De acordo com a lista de espera disponibilizada pelo município há solicitações pendentes desde o ano de 2022 para uma consulta com médico cardiologista em regime de urgência.

Voltado para a estrutura de saúde nos bairros estudados, a região conta com uma Unidade Básica de Saúde - UBS nas proximidades, a Unidade Básica de Saúde Santo Antônio, localizada no Jardim Santo Antônio, não estando dentro dos bairros Monte Carmelo, Itaipu 1 e 2, que foram abordados no estudo.

Tais observações e levantamentos feitos junto a moradores da região, vão de encontro com o apontado por Corrêa (2014) que as diferenças sociais impactam diretamente no que se refere ao acesso de bens e serviços. Uma vez que o Estado, como possuidor dos domínios de ação sobre a propriedade e sobre os investimentos públicos, se caracteriza como um agente de grande importância acerca da manutenção da cidade, onde por meio de seus agentes assume a responsabilidade pela criação de espaços que possuem finalidades específicas (Bernardo; Ichikawa, 2019). Como neste caso as Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Dessa forma, pode-se visualizar o desenvolvimento do processo segregatório na região, no que se refere ao acesso aos serviços de saúde pública, verificados nas áreas dos bairros Monte Carmelo, Itaipu 1 e 2, através do impacto e das diferenças do acesso aos serviços públicos em áreas urbanas periféricas, as quais são tradicionalmente habitadas por grupos sociais excluídos. Todavia vale ressaltar a condição do município de "cidade dormitório", conforme levantado por Rodrigues (2020), onde a dinâmica regional explicita os processos de segregação na região, gerando assim uma relação de dependência com a metrópole, na área da saúde, foi possível observar a dependência para a cidade de Maringá - PR, com relação a realização a especialistas, como psiquiatras, psicólogos, conforme explicitado por moradoras da região:

"Como eu trabalho em Maringá acabo buscando atendimento médico por lá mesmo, aqui não tem especialista e é muito demorado, às vezes leva até 5 meses." (E4).

especialidade você recebe o encaminhamento e fica na fila de espera pro CISAMUSEP, e não tem data." (E7).

O relato das duas moradoras da região, demonstram uma relação de dependência dos residentes com a cidade polo de Maringá, em especial para atendimentos específicos de saúde, bem com uma tempo de espera, reforçando o apontado por Rodrigues (2020) onde se explicita a relação de dependência com a metrópole, neste caso, no atendimento a saúde.

#### **4.4 Segurança**

Com relação a segurança nos bairros abordados no estudo, foi possível observar que as respostas unanimemente relatam a falta de aparato policial na região, bem como outros fatores como: iluminação, conforme relatado por uma moradora. Uma moradora relatou a demora da polícia em atender as solicitações realizadas:

"Teve uma vez que eu precisei chamar, porque a minha vizinha estava sendo agredida pelo esposo dela, eu passei meu endereço e tudo, da rua e número da casa e eles nunca vieram e isso tem um tempo já." (E1).

Outra moradora também pontuou que não se sente totalmente segura na região sendo mulher. Outros moradores também relataram que de maneira geral a polícia demora ou não atende as chamadas realizadas em tempo hábil.

Tais observações e levantamentos coletados junto aos moradores, vão de acordo com o apresentando previamente por Corrêa (2014) onde discorre sobre a precariedade dos serviços para grupos sociais excluídos, que foram obrigados e a se estabelecer em determinados locais por falta de opções de moradia, neste caso as regiões estudadas, de

acordo com o índice de desenvolvimento humano (IDH) e que também apresentam uma vulnerabilidade muito alta no fator de renda (Plano Municipal de Assistência Social de Paçandu (2022 – 2025). Dessa forma, a prestação de serviços por parte do estado que se mostra ausente na região dos bairros estudados, marcados por um alto índice de vulnerabilidade de sua população, se materializa e reforça o argumento de Corrêa (2014) sobre a precariedade do acesso dos serviços para essas populações.

Desse modo, a questão de segurança, em especial a segurança percebida pela mulher enquanto moradora da região se mostrou ausente, conforme relato previamente citado de uma moradora, onde sua vizinha estava sendo vítima de violência doméstica, entrou em contato com a polícia, porém os mesmos nunca apareceram. Demonstrando a ausência do ente estatal, em medidas reativas para o fortalecimento da segurança contra a mulher nas áreas estudadas.

#### **4.5 Transporte**

Em entrevista realizada com moradores da região foi abordado sobre a questão do transporte público nos bairros estudados. Quando questionada sobre a disponibilidade de pontos, linhas e horários, uma moradora informou que não tem horários o suficientes e poucos horários, outros moradores relataram o mesmo problema onde há pontos de circular, mas não teriam horários suficientes e os pontos se encontravam afastados de sua casa e as circulares passarem com longos espaços de tempo entre cada uma.

Partindo disso, foi procurado a disposição de paradas de ônibus no site da Cidade Verde - Transporte Rodoviário (Cidade Verde Transporte, 2024), responsável pelo transporte público na cidade, ao longo dos bairros estudados. A partir disso, pode-se verificar que ao longo dos bairros Monte Carmelo, Itaipu 1 e Itaipu possuem 5 paradas para o embarque e desembarque de passageiros, destacando-se que no bairro Itaipu 2 não há uma parada de ônibus que passe dentro do bairro, mas sim nas proximidades. Também vale destacar que os terminais de ônibus no Monte Carmelo vão até a metade do bairro, problema esse que foi relatado por moradores que residem no final do bairro:

“O ponto é longe de casa e as circulares vão até a metade do bairro, não chega a entrar mais pra dentro do monte Carmelo; Tem ônibus, mas não tem horário suficiente, uma é muito cedo, outra meio dia e meio e a outra à tarde, pelas 17h30. (E4)

E o ponto é longe e ele não entra no bairro.” (E5)

O acesso a bens e serviços públicos por parte de grupos sociais excluídos conforme explicitado anteriormente por Corrêa (2014), neste caso, materializado no transporte público, onde foi observado a existência de um bairro que não possui um ponto de embarque e desembarque em seu perímetro e também com intervalos de tempo consideráveis entre um horário e outro. Dessa forma a falta de horários de circular e também a falta de paradas de embarque e desembarque na região, apresentada pelos moradores, pode-se entender como um dificultador da promoção da qualidade de vida para os moradores, uma vez que a falta de disponibilidade faz com que tenham que percorrer uma distância considerável até a rodoviária central do município, conforme relatado por uma moradora:

“Não tem horários o suficiente e às vezes a gente tem que andar até a rodoviária lá no centro a pé e é uma distância considerável.” (E7)

O relato da moradora demonstra uma precariedade do serviço de transporte no bairro em que reside, sendo necessário o deslocamento da mesma para outros pontos do município para acessar a rede de transporte público. Assim, pode-se compreender que o transporte público para o município que possui uma condição do município de “cidade dormitório”, isto é, onde os moradores apenas residem na cidade, porém trabalham e dependem da cidade polo, conforme apontado por Rodrigues et al. (2020) essa dinâmica regional explicita a permanência dos processos de segregação ao longo do desenvolvimento metropolitano da região estudada e também relacionada a subordinação aos interesses mercantis. Dessa forma o transporte público para os moradores de regiões segregadas se mostra como um serviço de extrema importância, em especial para o

deslocamento para os seus pontos de trabalho, geralmente localizados na cidade polo, que no caso, é Maringá. E sua precariedade apresenta entraves para a promoção da qualidade de vida dos moradores da região, que em momentos têm a necessidade de deslocamento para outras localidades do município para acessar aos serviços de transporte público, uma vez que este se mostra extremamente defasado onde moram.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como objetivo compreender os processos segregatórios e demandas de infraestrutura por parte de moradores de bairros periféricos de Paçandu, município localizado no noroeste do Estado do Paraná. A análise da região dos Jardins Monte Carmelo, Itaipu 1 e 2 se justifica pela devido a região apresentar índices de vulnerabilidade muito alta de acordo com dados da Prefeitura Municipal de Paçandu. A partir das análises realizadas foi possível compreender a materialização do processo segregatório no município através do acesso aos serviços públicos por parte dos moradores da região estudada. Também foi possível identificar uma defasagem dos serviços públicos, mais especificamente educação, saúde, segurança e transporte nos bairros estudados.

Quando abordada a questão da educação, se observou que não há escolas municipais ou estaduais dentro do perímetro estudado. Dessa forma, os dados indicaram uma deficiência de escolas nos bairros apontados, e também cabe destacar que o transporte escolar não busca os estudantes do Jardim Monte Carmelo em dias de chuva, devido a região não possuir asfalto. Desse modo, a precariedade e o acesso limitado aos serviços para grupos socialmente vulneráveis se manifestam na disponibilidade de escolas. Isso reflete a atuação do poder público, que, ao ter os meios necessários, tem a responsabilidade de criar e manter esses espaços específicos.

Quando abordado os serviços de saúde no município, foi possível observar que novamente não existe um posto de saúde/unidade básica de saúde dentro dos limites dos bairros Monte Carmelo, Itaipu 1 e 2, mas sim nas suas proximidades. Também foi possível

observar uma dependência com o município de Maringá, com destaque para as necessidades de especialidades médicas, e também a demora para o encaminhamento efetivo para consultas com profissionais específicos.

Voltado para a segurança nos bairros abordados, foi levantado que a ação por parte dos serviços de segurança é morosa, com demora para o atendimento para as demandas dos moradores, e também o não atendimento para ocorrências relatadas. Cabe destaque a violência contra a mulher na região, com base nos dados levantados, se observou a inação dos serviços de segurança com relação a mulher, e também a percepção de insegurança por parte de moradoras do gênero nos bairros estudados.

O acesso ao transporte público por parte dos moradores se mostrou deficitário, sendo levantado um amplo intervalo de tempo em alguns momentos do dia entre o ônibus que passa pela região bem como a ausência de pontos de embarque e desembarque em alguns perímetros da região, o que faz que os moradores tenham a necessidade de se deslocar para outras regiões do município para o uso do serviço. A condição do município de cidade dormitório de Maringá - PR, onde boa parte dos moradores trabalham no município, coloca a questão do transporte público intermunicipal, como um serviço de extrema importância, a sua carência implica e afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores dos bairros, seja acordando muito mais cedo do que seria necessário para conseguir embarcar em uma circular ou a necessidade de locomoção para outras partes do município.

Desse modo, pode-se concluir que os processos de segregação observados no município, acentuados por sua condição de "cidade dormitório" e os fenômenos de segregação imposta, isto é quando não há a opção de moradia, e o histórico processo de segregação na região metropolitana de Maringá, contribuem para a carência dos municípios periféricos e aos processos de favelização. O acesso aos bens e serviços por parte de grupos sociais excluídos ou em situação de extrema vulnerabilidade, no presente estudo, um "bolsão de pobreza" nos limites do município, se conclui que o acesso aos

equipamentos públicos se dá de maneira carente em todas as áreas abordadas ao longo deste estudo, cabendo a necessidade de melhorias gerais por parte do poder público, nas áreas de educação, saúde, segurança e transporte. Uma vez que possui os meios necessários para a transformação do espaço, neste caso a cidade física e a construção de infra estruturas com finalidades específicas, que auxiliam na promoção da qualidade de vida para os moradores das áreas estudadas.

## REFERÊNCIAS

BERNARDO, P.; ICHIKAWA, E. Y. Multiterritorialidades e relações de poder nas cidades. In: **Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário**. Ituiutaba: Barlavento, 2019. p. 105-134.

CARLOS, A. F. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, 2019. p. 458-477.

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o "direito à cidade". **Revista Direito e Práxis**, v. 11, 2020a. p. 349-369.

CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o "Direito à Cidade". **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 24, n. 3, 2020b. p. 412-424.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2014.

CARVALHO, C. D. G.; GONÇALVES, L. M. O desenvolvimento urbano de Araraquara-SP: a relação entre a produção do espaço urbano e a segregação socioespacial. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 8, n. 64, 2020.

Cidade Verde Transporte. **Horários disponíveis**. Disponível em: <http://www.cidadeverdetransporte.com.br/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FISCHER, T.. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais – Salvador da Bahia, cidade puzzle. In: PRESTES MOTTA, F. C.; CALDAS, M. P. (Org.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997. p. 254-269.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis. Ed. Vozes, 2002. p. 64-89.

GOMES, J. D.; MELLO, M. M. C. Efeitos da dinâmica socioeconômica e a segregação socioespacial em Salvador, Bahia. **Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 9, n. 1, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MACHADO, B. E. A. T. R. I. Z.; MACHIAVELLI, P. L.; GARCIA, T. Efeitos territoriais do programa Minha Casa Minha Vida no município de Paçandu-PR. **Journal of Exact Sciences**, v. 23, n. 1, 2019.

MAC-ALLISTER, M. A cidade no campo dos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 11, 2004. p. 171-181.

MARTINS, M. P.; CHAGAS, P. B. Território, territorialização e territorialidade: proposta de avanço de chaves teóricas para a análise da (s) dinâmica (s) das cidades. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, 2021.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, 2007. p. 11-23.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU. **Plano Municipal de Assistência Social (2022-2025)**. Paçandu: Prefeitura Municipal, 2022.

RIBEIRO, F. V. Produção contraditória do espaço urbano e resistências. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 171-186.

RODRIGUES, A. L.; LUZ, A. S. (Org.); HÖRING, C. F. (Org.); PAULO, C. O. (Org.); GONÇALVES, I. B. (Org.); LEAL, L. D. (Org.); SOUZA, Wesley F. de (Org.). **Estrutura e organização social do município de Paçandu**. 21. ed. Maringá: Observatório das Metrópoles/Departamento de Ciências Sociais, 2020. v. 26. 71p.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROLNIK, R. **Dez anos do Estatuto da cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo**. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 2, 2012. p. 547-576.



SCHMIDT, L. P. **A (re)produção de um espaço desigual:** poder e segregação socioespacial em Guarapuava (PR). Tese (Doutorado) - Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, R. B.; SILVA, P. R. O efeito barreira e o "outro lado da pista": um estudo sobre a dinâmica do espaço urbano. **Revista Contexto Geográfico**, v. 8, n. 16, 2023. p. 28-45.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p.123-145.

SPOSITO, M. E. B. Prefaciando o tema: urbanização difusa e cidade dispersa. **Revista Cidades**, v. 21, p. 2-13, 2015.

VIEGAS, G. C. F. S.; SARAIVA, L. A. S. Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, v. 16, n. 5, 2015. p. 68-94.

Submissão: agosto de 2024

Aceite: setembro de 2024